

1. **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
2. **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT**
3. **129ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**
4. Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. São Sebastião, nº 3161,
5. Edifício Xingú, 3º Andar, Salas 301 a 305, Bairro Quilombo, Cuiabá-MT, CEP 78.045-000.

6

7 CUIABÁ-MT, 26 DE NOVEMBRO DE 2022

8

1. **ATA DA SESSÃO PLENÁRIA**
2. **Início: 08:11H**
3. **Término: 10:39H**

12

1. **1.PRESENÇAS: 1.1 MEMBROS DO CAU/MT:** PRESIDENTE DO CAU/MT André Nör; Weverthon
2. Foles Veras; Alexsandro Reis; Thais Bacchi; Elisangela Fernandes Bokorni; Almir Sebastião Ribeiro
3. de Souza. **1.2 EQUIPE DO CAU/MT:** Assessora da Presidência e Comissões: Thatielle Badini Carvalho
4. dos Santos; Assistente Administrativo: Ana Carolina Yousef Cubas; Gerente-geral: Lucimara Lucia
5. Floriano da Fonseca; Assessora Jurídica: Jane Machado. **2 ABERTURA DOS TRABALHOS:** Aos vinte
6. e seis dias do mês de novembro do ano de 2022, às 8 horas e 11 minutos da manhã, iniciou-se a
7. reunião plenária ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso — CAU/BR por
8. meio do aplicativo Microsoft Teams. Verificado o quórum legal, seguido pela execução do Hino
9. Nacional, deu-se início aos trabalhos. Primeiramente houve a leitura e discussão da pauta do dia, a
10. qual foi aprovada sem qualquer alteração. Considerando que a aprovação da ata da reunião anterior
11. seria analisada na próxima reunião, conforme informou a assessora Thatielle, passou-se então aos
12. comunicados, iniciando-se pela própria assessora Thatielle, que informou sobre as licenças solicitadas
13. pelos conselheiros(as) Maristene Amaral Matos e Deodato Gomes Monteiro Neto e ausências
14. justificadas dos conselheiros(as) Karen Mayumi Matsumoto, Vanessa Bressan Kohler, Thiago Rafael
15. Pandini, Cássio Amaral Matos e Alana Jéssica Macena Chaves e não justificada do conselheiro
16. Adriano dos Santos, em relação a qual a assessora ressaltou que poderia ainda ser encaminhada
17. justificativa em até 3 (três) dias. Respondendo questionamento do presidente, a assessora informou
18. que, em razão desses afastamentos, o quórum máximo seria de 9 (nove) conselheiros e que estava
19. deixando claro no rodapé das deliberações os conselheiros que estavam em licença. O presidente
20. ressaltou a importância desse procedimento para que houvesse a certeza de haver quórum nas
21. reuniões plenárias. A assessora também informou que o assessor institucional não poderia participar
22. da reunião, tendo enviado um relatório sintético com as atividades realizadas por ele no mês de
23. novembro. O presidente solicitou à assessora que encaminhasse o documento aos demais
24. conselheiros, por e-mail. Passou-se então aos comunicados das Comissões Permanentes e Especiais,
25. iniciando-se pela Comissão de Organização, Administração, Planejamento e Finanças – CAF. O
26. coordenador Alexsandro Reis informou que houve evento nacional na COA CAU/BR, Comissão de
27. Organização e Administração, responsável pela fiscalização e demandas estratégicas. Informou ter
28. sido um evento interessante, produtivo até certo ponto, no qual colocaram várias demandas sendo
29. uma delas a motivação dos colegas, principalmente os suplentes. Foram colocados alguns pontos
30. estratégicos relevantes, porém a crítica principal do conselheiro Alexsandro se referia ao fato de não
31. estarem vislumbrando a questão de dados para definição dos rumos estratégicos, que não havia
32. preocupação com a questão de monitoramento, coleta de dados. Frisou considerar a RRT um
33. instrumento interessante, que é bastante completo, que, além de ser documento cartorial, é uma fonte
34. de dados importante que não estava sendo utilizado pelo CAU/BR e que havia faltado discutir a
35. atualização dos indicativos referente a atualização de dados, que deveria ser o ponto principal da
36. reunião e que não foi colocado de maneira relevante. Ainda assim, de modo geral, foi bastante
37. produtiva a conversa. Foram colocados pontos de vistas diferentes, e o conselheiro mostrou-se
38. otimista no avanço do tema. Prosseguiu o conselheiro informando que na reunião da CAF houve a
39. reunião ordinária e extraordinária, realizada no último dia 23, em que foi fechado o planejamento para
40. o ano de 2023, que ficou um pouco mais austero, mas bem delineado, com a inclusão das atribuições
41. da CAF; que seria importante avançar na questão da fiscalização, que deve ser feita com transparência
42. de dados e indicativos. Em relação a isso, a CAF CAU/MT está vendo essa questão com bastante
43. seriedade, ressaltou. A gerente-geral Lucimara quis complementar informações sobre os indicadores.
44. Esclareceu que os existentes atualmente não podem ser utilizados na prática para definição de
45. resultados do CAU/MT, que a proposta do CAU/BR seria para que no ano de 2023 todos os CAU/UFs
46. se reúnam e discutam a efetividade de novos indicadores, para que realmente eles sejam utilizados
47. na prática no relatório de gestão e no planejamento de forma mais assertiva. Referente à CAF, a COA
48. parabenizou o CAU/BR por monitorar as receitas e despesas, que seria uma das atribuições da
49. comissão, mas que não era realizada em outros CAU/UF. O conselheiro Alexsandro voltou a se
50. manifestar dizendo que era necessário controlar de maneira geral outras atividades como fiscalização,
51. cobranças, por exemplo, em que é preciso conhecer a evolução para poder realizar o planejamento.
52. Em relação à Comissão de Ética e Disciplina – CED, a conselheira Elisangela Fernandes Bokorni
53. informou que houve reunião dessa comissão no dia anterior e que havia alguns processos que
54. precisavam ser acelerados por conta da nova deliberação que entraria em vigor, vez que a demanda
55. com a nova resolução, a 148, seria mais complicada. Informou sobre o 23º seminário sobre ética e
56. reserva técnica ocorrido em Porto Alegre, que, ao final, contrariando suas expectativas iniciais,
57. mostrou-se bem produtivo e proveitoso. Acrescentou que estava longe ainda de uma solução, mas
58. que já se vislumbrava uma luz no final do túnel, tendo se conseguido plantar uma semente mesmo
59. contra a vontade de alguns participantes do evento. O presidente quis destacar os números relevantes
60. da pesquisa em relação a participações dos profissionais, que já chegavam a 4.000 (quatro mil)
61. manifestações. A conselheira Elisangela frisou que isso denotava mais uma vez que precisavam ser
62. debatidos assuntos relevantes ao exercício da profissão, o que não vinha acontecendo, por acabar
63. havendo muitas discussões teóricas e filosóficas dentro do CAU, esquecendo-se que a maioria dos
64. arquitetos viviam do mercado. Frisou, por fim, que era preciso ajustar isso, mas que considerava
65. estarem nesse caminho. O presidente voltou a frisar que acreditava que a pesquisa esclareceria a
66. realidade e traria à superfície assuntos que estavam no fundo do oceano. Em relação à Comissão de
67. Ensino e Formação – CEF, o presidente André Nör informou que não houve as últimas duas reuniões
68. e a conselheira Thais Bacchi acrescentou que vinha sendo representada pelo conselheiro Paulo, que
69. agora saía de licença, sendo que já vinha se preparando para retornar. Em relação ao atraso das
70. carteiras provisórias e definitivas, acrescentou que esteve no CAU/MT presencialmente para tratar
71. desse assunto, que o que não pôde fazer pessoalmente trouxera para casa para que se fechasse o
72. ano sem nenhuma pendência com os profissionais que aguardam seu registro para iniciar suas
73. atividades profissionais. O presidente desejou bom retorno à conselheira Thais. Em relação à
74. Comissão de Exercício Profissional – CEP, a coordenadora Elisângela Fernandes Bokorni informou
75. que foi elaborado plano de trabalho, sobre o qual seria tratado mais para frente ainda na presente
76. reunião plenária, e analisado vários processos, os quais estavam em dia. Em relação à Comissão de
77. Política Urbana e Ambiental – CEPUA, o conselheiro Weverthon Foles Veras informou que foi realizada
78. organização de todo o ocorrido durante o ano de 2021 e 2022 para focar em apenas uma ação, que,
79. a partir disso, tomou-se iniciativa de soltar um ofício para os 141 (cento e quarenta e um) municípios
80. em relação ao plano diretor, para verificar quais ações extrair para o próximo ano. Informou ainda
81. considerar que o foco de trabalho para ano de 2023 seria em cima desses ofícios e nada mais, para
82. que se produzisse alguma organização e resultado e não ficar apenas no debate, conforme havia
83. conversado e acordado com o conselheiro Alexsandro e o assessor jurídico Vinícius. O presidente
84. ressaltou que se deveria envolver o assessor institucional João Neto para trabalhar juntamente às
85. instituições. O conselheiro Weverthon esclareceu que o assessor institucional já estava pautado para
86. reunião no próximo dia 2 (dois). Em relação aos comunicados da presidência, o presidente André Nör
87. informou que falaria rapidamente sobre o evento do dia 8 (oito) de dezembro. Primeiramente ressaltou
88. que contava encarecidamente com a presença de todos os conselheiros, mesmo porque seria um
89. evento curto que contaria com palestras interessantes de nomes importantes, aberto a sociedade, aos
90. estudantes. Informou que no evento ocorrerá a entrega oficial dos 3 (três) novos veículos do CAU/MT
91. aos agentes de fiscalização e exposição de alunos da UFMT e da Univag. A assessora Thatielle
92. acrescentou que também haveria participação de alunos da Unic e que fora enviado ofício a todas
93. instituições de ensino que trabalham de forma presencial. O presidente reforçou à assessora a
94. necessidade de anunciar mais essa parte do evento do dia 8, ou seja, exposição dos trabalhos da
95. UFMT, da Univag e da Unic, deixando claro na divulgação que fora enviado ofício a todas as instituições
96. de ensino. O presidente frisou que a última palestra será do filósofo Pondé, que irá falar sobre ética
97. profissional, e solicitou à assessora Thatielle que enviasse mensagem por e-mail e WhatsApp e o que
98. mais se fizesse necessário a todos os conselheiros, incluindo os que estavam ausentes, reiterando o
99. convite e solicitando seu comparecimento. A Thatielle aproveitou então a oportunidade para esclarecer
100. com o presidente se deveria convocar os membros da comissão de exercício em razão da presença
101. dos agentes de fiscalização dos escritórios descentralizados durante a semana do evento. O
102. presidente esclareceu que como seria feito a entrega oficial dos carros no intervalo entre uma palestra
103. e outra, no dia anterior, dia 7 (sete), seria realizada reunião técnica de trabalho com os agentes de
104. fiscalização do CAU/MT. Assim, o presidente convidou, em especial, os integrantes da CEP CAU/MT
105. para conversarem com os agentes de fiscalização, assim como qualquer outro conselheiro que
106. quisesse participar. O presidente acrescentou que, considerando que foi realizado uma quantidade
107. gigantesca de fiscalização, que podia afirmar que nenhum outro CAU fazia tanta fiscalização in loco
108. em tantas cidades como o CAU/MT, fazia-se necessário agregar valores a essa fiscalização, vez que
109. atualmente era realizada apenas a obrigação mínima de verificar como estava a obra, se a placa estava
110. adequada, se tinha profissional habilitado e RT adequada. Porém, no entendimento do presidente, se
111. deveria aproveitar esse investimento e trabalho para agregar valores à visita, que seria, por exemplo,
112. entregar uma cartilha, colocar um cartaz orientativo e educativo na obra ou outras ideias que
113. precisariam ser discutidas na CEP e demais comissões, que não aumentariam custo operacional, com
114. foco na valorização profissional. Considerando que o Conselheiro Federal representante do Estado de
115. Mato Grosso não estava presente, embora tivesse sido convidado para a reunião, e que não houve
116. nenhum comunicado pelos demais conselheiros, passou-se à ordem do dia, iniciando-se pelo item 7.1
117. protocolo 814187/2019 — Yanagawa Construtora — Processo de Fiscalização CEP CAU/MT. A
118. assessora Thatielle informou consistir apenas em designação de relator e declaração de impedimento.
119. Esclareceu ainda que o processo havia sido distribuído na reunião plenária passada à relatoria da
120. conselheira Tânia, que, assim, em razão da licença dessa conselheira, fazia-se necessário nova
121. definição e ainda declaração de impedimento dos conselheiros Thais e Almir, uma vez que para os
122. demais conselheiros já havia sido realizado tal procedimento. A assessora Thatielle fez a leitura da
123. declaração de impedimento e suspeição, sendo que, na sequência, houve declaração de suspeição
124. apenas da conselheira Thais Bacchi e designação do conselheiro Almir Sebastião Ribeiro de Souza
125. para relatoria do processo. Passou-se ao item 7.2 da ordem do dia, protocolo 1624822/2022 —
126. CAU/MT — Diretrizes do plano de ação de 2023 — CAF CAU/MT. O presidente André Nör passou a
127. palavra ao conselheiro Alexsandro Reis, relator do processo, que iniciou a apresentação do plano de
128. ação de 2023 que consolidava os planos de todas as comissões para, em seguida, repassar a palavra
129. para a gerente-geral Lucimara Lucia Floriano da Fonseca, que, segundo ele, poderia prestar maiores
130. esclarecimentos. A gerente-geral apresentou primeiramente as diretrizes do orçamento que o CAU/BR
131. envia ao CAU/MT. Informou ter havido um aumento de 8,9% em comparação à reprogramação e que
132. no ano de 2023 haveria os projetos específicos no total de R$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e
133. cinquenta mil reais) com os quais se poderia usar do capital, que seria equivalente a 52%, valor que
134. seria usado do superávit financeiro, seguindo uma deliberação do CAU/BR ocorrida no ano passado,
135. que repassou ao CAU/UF autonomia para utilizar esse valor com projetos que não fossem continuados.
136. Em seguida, a gerente-geral mostrou o resumo das receitas previstas, informando uma arrecadação
137. de R$ 5.082.015,88 (cinco milhões, oitenta e dois mil e quinze reais e oitenta e oito centavos),
138. rendimento de aplicação de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e ressarcimento de tarifas
139. bancárias no valor de R$ 20.743,71 (vinte mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e um
140. centavos), ressaltando que seria utilizado com capital e projeto específico do nosso superávit financeiro
141. de R$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais). Assim, o total seria de R$
142. 7.202.759,59 (sete milhões, duzentos e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e
143. nove centavos) para ser utilizado em 2023. Na sequência, a gerente-geral apresentou detalhadamente
144. as ações previstas para cada centro de custo e comissão, com os respectivos valores previstos.
145. Ressaltou que havia os limites estratégicos que deveriam ser seguidos e que deveriam estar alinhados
146. com o plano de ação. Em relação a fiscalização, de acordo com as diretrizes do CAU/BR, deveria
147. haver projetos que correspondessem ao mínimo de 15% do orçamento, sendo que o CAU/MT estava
148. utilizando 29,8% sobre a receita estimada. No atendimento, o estabelecido seria de 10%, sendo que o
149. CAU/MT estava destinando 18,6%. Comunicação, o mínimo era 3%; o CAU/MT, 14,9%; objetivos
150. estratégicos locais, 6%, e o CAU/BR destinou 42,4%. A gerente-geral Lucimara ressaltou que esses
151. objetivos estratégicos locais consistiam em assegurar eficácia no atendimento e relacionamento com
152. os arquitetos e urbanistas e com a sociedade e promover o exercício ético e qualificado da profissão.
153. Por isso, a destinação de um percentual elevado, inclusive para ações já em andamento que
154. precisavam ter continuidade. E prosseguiu então informando que, para assistência técnica, o mínimo
155. previsto era de 2%, sendo que ficou planejado 6%, ou seja, R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); reserva
156. de contingência, o estabelecido seria de até 2%, o CAU/MT deixou 0,8%, R$ 40.000 (quarenta mil
157. reais). Na parte da folha de pagamento e despesas com pessoal, as diretrizes para o ano de 2023
158. previam o máximo de 60% sobre as receitas, sendo que no CAU/MT essa porcentagem estava em
159. 46,20%. A gerente-geral então perguntou se o presidente desejava fazer algum comentário sobre os
160. projetos. O presidente André Nör quis esclarecer primeiramente os problemas ocorridos com a Athis,
161. em relação a qual decidiu-se por lançar um edital em fevereiro com um valor um pouco maior que o
162. previsto, situação que seria esclarecida ao CAU/BR. Em seguida, abordou o projeto Arquitetura Para
163. Todos, previsto em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que se tratava de campanha publicitária a
164. ser lançada até julho, considerando o período de eleição em seguida. Citou ainda, acompanhando a
165. planilha apresentada pela gerente-geral Lucimara aos demais conselheiros e especificando os valores
166. planejados para cada uma das ações planejadas: a realização de seminário nacional de fiscalização
167. em maio ou junho; proposta de concurso nacional de projetos arquitetônicos a ser encaminhada para
168. a CEP, com ênfase em pontos de ônibus ou outro tipo de intervenção urbana a serem doados às
169. prefeituras, para que os realizem em suas cidades; projeto sustentável a ser doado para a cidade de
170. Cuiabá como, por exemplo, uma árvore ecológica, que também seria encaminhado para discussão
171. com a CEP e Cepua. O presidente ressaltou que esses projetos ainda seriam discutidos com maior
172. profundidade com as comissões responsáveis, mas que era importante estarem previstos e planejados
173. em razão de 2023 ser um ano eleitoral, no qual tudo precisaria estar realizado até julho ou início de
174. agosto; que os valor eram razoáveis, mas é o que se imaginava de investimento sendo que havia valor
175. também significativo de imobilizado, conseguido durante esses 4 (quatro) últimos anos de gestão, que
176. gostaria, frisou o presidente, que fossem utilizados também dentro dessa gestão. A gerente-geral
177. Lucimara lembrou o presidente sobre a reforma da sede e o presidente informou que estava em
178. processo de contratação da empresa que faria o planejamento e os projetos complementares. O
179. conselheiro Alexsandro Reis fez uso da palavra para falar sobre projetos sustentáveis, reforçando
180. sobre a necessidade de maior discussão, por ser um termo abrangente e de que talvez fosse
181. interessante envolver o pessoal de tecnologia, para baratear os custos. O presidente concordou que
182. era necessário discutir a respeito. E o conselheiro Alexsandro voltou a se manifestar dizendo que
183. projeto de ponto de ônibus é interessante e relevante, mas caberia questionar por que não no estado
184. de Mato Grosso apenas, mas também para os arquitetos dos demais estados, como o presidente havia
185. pontuado, e realizar um projeto para cada região, por exemplo, de modo a considerar as peculiaridades
186. regionais. O presidente se manifestou dizendo considerar isso uma evolução, que seria pertinente
187. dividir nas cinco regiões. Considerando que não houve outra manifestação por parte dos conselheiros,
188. partiu-se para a aprovação das deliberações — seriam duas para atender solicitação do CAU/BR de
189. haver uma específica para superávit financeiro —, as quais foram lidas pela assessora Thatielle. A
190. primeira delas consistia em aprovar o plano de ação 2023, com orçamento no valor de R$
191. 7.202.759,59, sendo as receitas correntes no valor de R$ 5.252.759,59, despesas correntes no valor
192. de R$ 6.602.759,59 e superávit financeiro no valor de R$ 1.950.000,00 para capital e R$ 1.350.000,00
193. destinados para projetos específicos distribuídos para o seguintes projetos: R$ 600.000,00, Arquitetura
194. para Todos; R$ 100.000,00, Seminário de Fiscalização; R$ 300.000,00, concurso Athis; R$ 150.000,00,
195. concurso de projetos arquitetônicos e; R$ 200.000,00, projeto sustentável. O presidente esclareceu
196. que o orçamento estava pré-aprovado pela equipe técnica do CAU/BR, o que foi confirmado pela
197. assessora Thatielle e gerente-geral Lucimara. A segunda deliberação, referente ao superávit, consistia
198. na aprovação da utilização de 75,10% dos uso do superávit financeiro para o plano de ação 2023 do
199. CAU/MT da seguinte forma: para a capital seria comprometido aproximadamente 23,1%, no valor de
200. R$ 2.597.478,37; para projetos específicos, aproximadamente 52%, no valor de R$ 2.597.478,37; o
201. valor de R$ 1.350.000,00 seria destinado para projetos específicos; R$ 600.000,00, para a capital;
202. para os projetos específicos estariam distribuídos os valores para os seguintes projetos: Arquitetura
203. para Todos, R$ 600.000,00; Seminário de Fiscalização, R$ 100.000,00; concurso Athis, R$ 300.000,00;
204. concurso de projetos arquitetônicos, R$ 150.000,00; projeto sustentável, R$ 200.000,00. As duas
205. deliberações foram aprovadas pela unanimidade dos conselheiros presentes. Passou-se ao item 7.3
206. da ordem do dia, protocolo 1643797/2022 — CAU/MT — Roteiro orientativo para defesa/impugnação
207. — CAF CAU/MT. A assessora Thatielle informou que estava sendo encaminhado para CAF CAU/MT
208. várias defesas de cobrança administrativas que não se enquadram com os normativos e que a maioria
209. delas não se enquada no que prevê a resolução, sendo que, por esse motivo, não são acatadas,
210. embora a CAF precise fazer todo o relatório e voto recomendando em sua conclusão o indeferimento.
211. Para solucionar esse problema, foi elaborada uma cartilha orientativa para ser encaminhada
212. juntamente com a cobrança administrativa para que o profissional tenha ciência das situações em que
213. a CAF realmente pode aceitar as solicitações de defesa relativas a isenção, a descontos e também
214. aquelas que não podem ser aceitas, para que o profissional não encaminhe a solicitação nesses casos.
215. A assessora ressaltou que a iniciativa visava atender o princípio da eficiência, para que não seja
216. necessário realizar distribuição de um processo com a posterior designação de relator para que ele
217. tenha que fazer uma análise para recomendar ao final, invariavelmente, o indeferimento do pedido. A
218. assessora apresentou aos conselheiros a cartilha orientativa elaborada. Considerando não ter havido
219. manifestação por parte dos conselheiros, a assessora Thatielle fez a leitura da deliberação para,
220. primeiramente, aprovar e homologar a cartilha orientativa com o objetivo de auxiliar na defesa e
221. impugnação dos processos administrativos de cobrança, a qual deveria ser enviada juntamente com
222. aviso de cobrança administrativa, e, em seguida, divulgar nas mídias sociais do CAU/MT matéria sobre
223. as anuidades. O presidente parabenizou a todos os envolvidos na iniciativa, considerando que, na sua
224. opinião, tratava-se de ótima ação e que o material havia ficado muito bom. A deliberação foi aprovada
225. pela unanimidade dos conselheiros presentes. Passou-se ao item 7.4 da ordem do dia, Protocolo
226. 1600331/2022 — Luciomar Dias Marinho — Atendimento Presencial — CAF CAU/MT. A assessora
227. jurídica Jane Machado fez a apresentação do caso. Expôs primeiramente que o processo já havia
228. passado pela CAF e que se tratava de um pedido de anulação do ato de convocação do agente de
229. fiscalização Guilherme Trad, referente ao concurso de 2009 feito pelo candidato que havia ficado na
230. 32ª colocação geral e na 2ª para as vagas reservadas a indivíduos da cor preta ou parda, em
231. atendimento à lei 12.990. Esse candidato, segundo a assessora jurídica, alegava que o ato de
232. nomeação mencionado não teria respeitado essa lei, vez que a 3ª vaga deveria ser destinada também
233. a um candidato cotista. A assessora Jane informou que, em relação ao caso, ela elaborou um parecer
234. e o conselheiro Alexsandro Reis, um relatório, encaminhados à CAF, no qual demonstraram que a lei
235. fora respeitada, porque no ato do concurso de 2019 havia apenas duas vagas para agente de
236. fiscalização, sendo que a lei se aplica a partir da terceira vaga ou mais, quando ocorre a reserva de
237. 20% para candidatos negros. Entretanto a lei foi aplicada ao cadastro reserva, o que ficou expresso
238. no edital, e ainda foram convocados apenas três candidatos nesse concurso, ou seja, não se chegou
239. na classificação ocupada pelo solicitante. E se chegasse nos candidatos negros, frisou a assessora
240. jurídica, ele não seria o primeiro a ser chamado. Sobre essa questão, o candidato que solicitava a
241. anulação do ato de convocação citava matéria que mencionava suposto impedimento da primeira
242. colocada, razão pela qual ela não poderia assumir o cargo. A assessora informou que isso nem chegou
243. a ser avaliado pela CAF, vez que caberia a candidata apresentar sua defesa, cabendo-lhe o devido
244. direito legal ao contraditório, caso chegasse a ser nomeada, momento em que o mérito seria avaliado.
245. Assim, tanto o parecer quanto o relatório aprovado pela CAF concluíram que a lei foi aplicada
246. corretamente e que a convocação fora realizada de forma correta, não havendo nenhum motivo que
247. justificasse sua anulação, com a consequente convocação do candidato solicitante. O conselheiro
248. Alexsandro Reis esclareceu que não se chegou nem a fazer convocação do cadastro de reserva, o
249. qual expirou antes disso. A assessora Jane ainda acrescentou, reiterando o que já havia dito
250. anteriormente, que mesmo que fosse utilizado o cadastro de reserva, o reclamante não seria o primeiro
251. a ser chamado. Teria que se abrir prazo para a primeira colocada apresentar sua defesa. A assessora
252. da presidência e comissões, Thatielle, fez a leitura da deliberação ressaltando que ela seguia os
253. mesmos termos da deliberação da CAF, ou seja, aprovar a deliberação nº 301, de 2022, da CAF
254. CAU/MT, de 7 de novembro de 2022, indeferindo o requerimento de anulação do ato administrativo de
255. convocação do candidato Guilherme Trad para convocação do candidato Luciomar Dias Marinho, nos
256. moldes do parecer referencial nº 7, de 2022, da Assessoria Jurídica e relatório e voto fundamentado
257. do conselheiro relator Alexsandro Reis. Não houve questionamento por parte dos demais conselheiros.
258. Assim, a deliberação foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. Passou-se ao item
259. 7.5 da ordem do dia, Protocolo 1643799/2022 — Ad Referendun Registro profissional — CEF CAU/MT.
260. A assessora Thatielle esclareceu que não houve a reunião de outubro e novembro da CEF por
261. ausência de quórum e que, de acordo com a carta de serviço do CAU/BR e instrução de serviço do
262. CAU/MT de 2014, há o prazo de 45 (quarenta e cinco) para realização dos registros profissionais, que
263. houve uma alta demanda de profissionais acionando o CAU/MT com reclamações por ausência de
264. registro. Assim, para sanar esse problema, a presidência decidiu realizar o ato dos registros em atraso
265. via ad referendun. A assessora frisou que, para que houvesse maior transparência ao ato, que se
266. referia a 58 (cinquenta e oito) processos de registro, os conselheiros Thais Bacchi e Cássio Amaral
267. Matos analisaram previamente os processos. Assim, foi emitida a deliberação ad referendun 007, de
268. 2022, com análise do coordenador e de um membro da comissão, os conselheiros Cássio e Thais,
269. respectivamente, para que os demais conselheiros pudessem fazer o deferimento na presente reunião
270. plenária. Em seguida, a assessora Thatielle fez a leitura da deliberação plenária que deferia os 58
271. (cinquenta e oito) processos de registros profissionais que seguiam listados nominalmente e que
272. mencionava que o registro de profissional que colou grau na Fapan e Unifama poderia ser efetuado
273. em caráter provisório até a publicação da portaria de reconhecimento do curso em razão da presunção
274. de legitimidade do documento emitido pela instituição de ensino superior. O presidente questionou se
275. havia alguma solicitação relacionada a curso EAD. A assessora Thatielle informou que todos os
276. registros analisados se referiam a cursos presenciais e aprovados pelo MEC, que até o momento não
277. fora recepcionado nenhuma solicitação referente a EAD, situação que, quando ocorresse, precisaria
278. ser discutida pela comissão. A assessora jurídica Jane fez uso da palavra para esclarecer que as duas
279. faculdades citadas tinham apenas o protocolo da solicitação de reconhecimento, o qual não havia
280. ainda sido analisado. Assim, os egressos poderiam ter apenas a carteira provisória. E a assessora
281. jurídica informou que havia conversado com o outro assessor jurídico, Vinícius, sobre a possibilidade
282. do CAU/MT comunicar esses profissionais que, ao fim do prazo da carteira provisória, eles não terão
283. direito à carteira definitiva. Ao fim, questionou à assessora Thatielle se seu entendimento estaria
284. correto. A assessora Thatielle esclareceu que desconhecia essa informação, visto não ter participado
285. da última reunião, e acrescentou que, considerando não ter havido reunião definitiva da CEF sobre o
286. tema, não se podia ainda emitir parecer; que haveria reunião, provavelmente, no dia 7 (sete), quando
287. se poderia emitir qualquer manifestação de entendimento com os considerandos para que se pudesse
288. prestar informações aos profissionais que estivessem com certificado de conclusão ou registro
289. definitivo da Fapan ou da Unifama. O conselheiro Alexsandro Reis questionou se havia limitação de
290. atribuição para quem possuía registro provisório. O presidente esclareceu que não e a assessora
291. Thatielle complementou que a única limitação do registro provisório se referia ao tempo, uma vez que
292. o profissional tem 1 (um) ano, a partir da colocação de grau, para poder apresentar o diploma. A
293. deliberação foi colocada em votação e aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes.
294. Passou-se ao item 7.6 da ordem do dia, Protocolo 1523995/2022 — MEMO 22.05.001/CTEC. A
295. presidente concedeu a palavra à conselheira Elisangela Fernandes Bokorni, que, por sua vez, solicitou
296. à assessora Thatielle que fizesse a leitura. A assessora então explicou que se tratava de homologação
297. por parte do plenário para encaminhamento ao CAU/BR. Segundo ela, o memorando referia-se a
298. manifestação de entendimento e iniciou fazendo a leitura da deliberação, por entender que facilitaria o
299. entendimento por parte dos conselheiros. Ao final, a referida deliberação recomendava aprovar a
300. orientação realizada pela CEP CAU/MT da seguinte forma: orientar o atendimento do CAU/MT que a
301. retificação do contratante elencada na alínea C, inciso I, do artigo 13 da Resolução CAU/BR nº 91, de
302. 2014, limita-se à correção de grafia ou complementação de informação preenchida equivocadamente,
303. não sendo permitida alteração, mudança ou modificação dos dados do contratante ou do endereço da
304. obra ou serviço; quanto ao fato apresentado pelo atendimento do CAU/MT, no qual informa que o
305. Siccau permite toda e qualquer alteração relativa ao contratante, encaminha esse ofício ao CAU/BR
306. para alertar sobre o exposto e requerer alteração na forma da deliberação nº 063, de 2020, CEP
307. CAU/BR; encaminha esse comunicado e decisão ao atendimento do CAU. A assessora Thatielle
308. acrescentou que o atendimento do CAU/MT vinha recebendo diversas ligações em razão de o Siccau
309. atualmente aceitar qualquer tipo de alteração. Na resolução que trata sobre RRT, é mencionado que
310. podem ser alterados os dados do contratante, mas não define quais seriam eles. E a assessora
311. Thatielle prosseguiu falando que o CAU/BR teve o entendimento de que alterações relativas ao
312. contratante se limitavam apenas a grafia ou complementação. E apresentou um exemplo: se se
313. escreveu Elisangela Bokorni com algum outro sobrenome errado, pode-se fazer a alteração como se
314. ela fosse contratante; o que não se pode é alterar os dados do contratante, ou seja, colocou Elisangela
315. mas, na verdade, é o Alexsandro; nesse caso, não se pode alterar. A assessora informou ter sido
316. realizado estudo pela CEP, quando se localizou a deliberação do CAU/BR acerca do assunto e que o
317. CAU/MT vinha recebendo diversos questionamentos, uma vez que o Siccau libera qualquer tipo de
318. alteração. Por conta disso, a CEP estava fazendo a mesma orientação que o CAU BR, informando que
319. a retificação do contratante é limitada apenas à modificação de grafia ou complementação de
320. informação. Porém, prosseguiu a assessora, considerando as divergências entre o Siccau e a
321. resolução e deliberação, a CEP estava solicitando ao mesmo tempo que fosse oficiado o CAU/BR
322. alertando-lhe sobre esse erro do Siccau, para que providenciasse a correção. Caso eles não
323. providenciam a correção, que adequassem as informações referentes a alteração, definindo o que
324. pode ser atualizado ou não. A assessora finalizou informando que era basicamente para homologar o
325. envio do ofício, visto que seria assinado pelo presidente, momento em que quis confirmar se seu
326. entendimento estava correto. O presidente André Nör confirmou o entendimento da assessora e
327. acrescentou que infelizmente precisava haver essa burocracia, que era importante haver o registro na
328. reunião plenária para que virasse acervo. A deliberação foi aprovada pela unanimidade dos
329. conselheiros presentes. Passou-se ao item 7.7 da ordem do dia, protocolo 1643803/2022 — Plano de
330. Trabalho 2023. O presidente concedeu a palavra para a conselheira Elisangela para que apresentasse
331. o plano de trabalho, que informou, primeiramente, que seria bem sucinta, e passou a palavra para a
332. assessora Thatielle, que lembrou primeiramente que a CAF já havia finalizado seu plano de trabalho.
333. Entretanto, como isso ocorreu ainda durante a semana, seria analisado na próxima reunião plenária.
334. O presidente aproveitou a oportunidade para lembrar a todos de que a assessora Thatielle teria apenas
335. mais dois meses de trabalho antes de entrar em licença-maternidade. A assessora Thatielle iniciou a
336. apresentação do plano de trabalho. Ressaltou que foram realizadas análises minuciosas da lei 12.378
337. e do regimento interno no que concernem às atribuições da comissão de exercício profissional e que
338. houve uma inovação no plano de trabalho da CEP CAU/MT, vez que ele foi elaborado também com
339. base na resolução 198, sobre fiscalização, que deve entrar em vigor no dia 1º de dezembro. Informou
340. que considerava boa a nova resolução, vez que ela apresenta de forma mais clara tanto para a
341. comissão quanto para os agentes o que dever ser realizado em relação aos trabalhos orientativos,
342. educativos e punitivos, e que houve bastante curso no ano de 2022, o que deveria ocorrer de forma
343. mais reduzida em 2023, sendo que seriam todos on-line justamente para abordar tanto os profissionais
344. da região de Cuiabá e Várzea grande quanto os dos municípios do interior. Ressaltou que as reuniões
345. presenciais seriam realizadas trimestralmente e, a cada quatro meses, haveria uma reunião realizada
346. de forma virtual, que seria realizada juntamente com as auditorias dos processos de exercício
347. profissional, ou seja, haveria uma auditoria a cada 4 (quatro) meses, de forma a garantir regularidade
348. e uma análise mais minuciosa dos processos, reduzindo a possibilidade de erros e aumentando a
349. eficácia e eficiência dos procedimentos. Informou que haveria em janeiro e fevereiro uma revisão dos
350. procedimentos relacionados a nova resolução de exercício profissional, que, naquele momento, as
351. análises de processos seriam suspensas porque não havia como fazer aplicação já de imediato dos
352. processos de exercício profissional, que deverá ser realizada de acordo com os novos normativos; que
353. houve um seminário sobre esse processo há cerca de 2 (dois) meses em Brasília, ou seja, haveria
354. mudanças significativas. Decorrente disso, em processos que forem apresentados pela fiscalização
355. antes do dia 1º, a Comissão de Exercício Profissional precisará fazer dois tipos de dosimetria, uma
356. conforme resolução antiga e outra com base na nova, sendo aplicado no processo de fiscalização a
357. que for mais benéfica. Nesse momento, o presidente questionou se estava sendo considerada a
358. implantação da resolução 198. A assessora Thatielle confirmou e o presidente informou que, na
359. reunião do dia anterior da plenária do CAU/BR, ele fora informado que a data de implantação da
360. referida resolução seria 27 (vinte e sete) de março. A assessora Thatielle informou que não haveria
361. problema, uma vez que afetaria apenas um item do plano de trabalho, que seria a análise de processos
362. que continuaria em janeiro e fevereiro, e que não considerava de todo ruim, que, muito pelo contrário,
363. seria até bom, porque daria mais tempo para adequação. O conselheiro Alexsandro fez a sugestão de
364. se priorizar os processos antigos. A assessora retomou a fala e detalhou aos conselheiros os itens
365. previstos no plano de ação, com seus respectivos prazos previstos. Questionada pelo presidente, a
366. gerente-geral Lucimara esclareceu que o curso com a Paula Aveiro ainda não estava acertado devido
367. a não ter conseguido falar com ela. Informou que no Dia do Arquiteto tentaria fazer esse contato
368. pessoalmente. O presidente interveio e disse que já havia conversado com ela, Paula Aveiro, e solicitou
369. para que realizassem nova conversa no dia anterior ou manhã do dia do evento, oportunidade em que
370. deveriam ser alinhadas detalhadamente todas as questões referente aos cursos a serem ministrados
371. no próximo ano. A assessora Thatielle acrescentou que as palestras que foram planejadas para
372. instituições de ensino, arquitetos e urbanistas sobre ética e exercício profissional estavam
373. enquadradas na resolução 198, que os profissionais do CAU/MT poderiam fazer essas palestras, que
374. fora nomeada a coordenadora técnica Natália para ministrá-las com o apoio da comissão, sendo que,
375. sempre que possível, a comissão se faria presente nesses eventos. A conselheira Elisangela tomou a
376. palavra para informar que foi muito discutida pela comissão durante a elaboração do plano de trabalho
377. a questão do exercício ilegal da profissão, vez que estavam recebendo muitas denúncias e que era
378. preciso atuar a respeito de forma bastante orientativa e educativa, começando pelas instituições de
379. ensino e passando por toda a sociedade, considerando ser essa a função da CEP. Porém, ressaltou a
380. conselheira, era preciso atuar de forma mais esclarecedora juntamente à sociedade e não apenas aos
381. membros do CAU, arquitetos e acadêmicos, que seria esse um esforço da comissão para o próximo
382. ano. O presidente demonstrou contentamento em receber essa informação. A conselheira Elisangela
383. disse que considerava estar muito bom o plano de trabalho da CEP para o próximo ano, que se
384. conseguisse executar tudo que fora planejado, se fecharia 2023 com saldo positivo. O presidente
385. concordou que o plano estava bom e parabenizou a todos pela elaboração. A deliberação foi lida pela
386. assessora Thatielle, no sentido de aprovar e homologar o plano de trabalho proposto pela CEP
387. CAU/MT para o exercício de 2023 com o posterior envio das demandas à gerência-geral do CAU/MT
388. para encaminhamento aos setores pertinentes e, para contratação dos cursos, direcionamento ao setor
389. administrativo para as providências necessárias, tendo sido aprovada pela unanimidade dos
390. conselheiros presentes. Na sequência, o presidente reforçou a necessidade de o próximo ano estar
391. todo planejado, por ser ano eleitoral no qual não é bom haver alteração de planejamento, que era
392. necessário tomar todos os cuidados possíveis para executar tudo que fora planejado. Para realizar
393. qualquer tipo de alteração, só com muita parcimônia. Frisou que seria um ano curto e que o CAU/MT
394. deveria funcionar a todo vapor até julho, vez que de julho até outubro, ele fica meio contido atuando
395. somente com os trabalhos cartoriais, para depois retomar a atuação plena. O presidente reiterou o
396. convite para o dia 8 (oito), para que todos estejam presentes. Reforçou que as palestras seriam ótimas,
397. com temas relevantes, inclusive com a presença do filósofo Pondé, além dos colegas arquitetos; que
398. haveria ainda as exposições da Unic, UFMT, que já havia sido realizada e trazia trabalhos muito
399. interessantes, e da Univag; que ocorreria ainda o encontro com os fiscais do interior, que vinham
400. fazendo um trabalho extraordinário e que inclusive estiveram na cidade do conselheiro Weverthon,
401. Sapezal, onde ocorreu a primeira fiscalização da história. Em seguida, o presidente abriu a palavra a
402. quem quisesse fazer qualquer comentário. A conselheira Elisangela quis reforçar o convite do
403. presidente, para que todos participassem dos eventos do dia 8 (oito) de dezembro, no qual seria muito
404. importante a participação de todos. O presidente aproveitou a oportunidade e o tempo restante para
405. questionar a conselheira Elisangela e as assessoras da presidência e jurídica, Thatielle e Jane, quanto
406. as suas avaliações em relação ao seminário ocorrido em Porto Alegre sobre ética, informando que o
407. CAU/MT esteve presente com uma comitiva grande, com 3 (três) conselheiras, Elisangela, Vanessa e
408. Karen, além das assessoras da presidência e jurídica, Thatielle e Jane, respectivamente, e do próprio
409. presidente, que ficou divido no primeiro dia e metade do segundo entre o fórum e o seminário, que
410. depois pôde se dedicar integralmente a esse último. A conselheira Elisangela iniciou sua fala
411. ressaltando que considerava — e fez questão de deixar claro que se tratava de opinião pessoal de sua
412. parte — a CAU/RS, que organizou o 23º Seminário de Ética, como uma entidade alinhada
413. politicamente à esquerda, cuja maioria dos seus integrantes eram docentes ou servidores públicos que
414. possuem uma visão muito romantizada da arquitetura e que, mesmo sendo um grupo pequeno, tentam
415. dar as coordenadas para a grande maioria, o que acaba por prejudicar os profissionais liberais, ou
416. seja, os arquitetos que atuam no mercado. A conselheira Elisangela frisou que, no próximo ano, que
417. seria de eleição, julgava ser extremamente oportuno rever esse posicionamento no CAU, que é uma
418. instituição para arquitetos, não que desconsiderasse a atuação dos funcionários públicos e docentes,
419. mas que era diferente, já que eles não vivem do mercado. Citou que em um dos debates do seminário
420. um conselheiro chegou a mencionar que não teve seus proventos alterados durante a pandemia, por
421. ser funcionário público, situação que foi complemente diferente para os arquitetos que são profissionais
422. liberais, os quais foram muito afetados. A conselheira prosseguiu seu relato dizendo que os
423. conselheiros do CAU/RS não veem a arquitetura como um negócio e que havia deixado claro sua
424. posição em determinado exercício de grupo de que arquitetura, no seu caso, era para ganhar dinheiro,
425. o que se aplica a todo profissional liberal. Assim, disse que se sentia incomodada de perceber que os
426. CAUs de todo o país eram dirigidos por profissionais que não vivem do mercado, que querem, ainda
427. assim, discutir exercício ilegal, ética, tudo no âmbito da teoria, por não terem a noção prática.
428. Considerando a aproximação das eleições, acreditava ser o momento de colocar dentro dos CAUs
429. profissionais do mercado, que são os que sabem o que funciona e o que não funciona. A conselheira
430. Thais Bacchi se manifestou mostrando seu contentamento com a fala da conselheira Elisangela, que
431. sentia a mesma coisa e que não era fácil ser conselheira. A conselheira Elisangela ressaltou que era
432. preciso matar um leão por dia para viver de arquitetura e a conselheira Thais acrescentou se tratar de
433. uma profissão que deve ser remunerada, momento em que a conselheira Elisangela ressaltou "e muito
434. bem remunerada, e cabe a nós, arquitetos que estamos dentro do CAU hoje, conscientizar nossos
435. colegas que estão fora de que a gente precisa formar um CAU que sabe das nossas necessidades".
436. A conselheira Thais frisou a importância de haver, no próximo ano, chapas que sejam mistas ou com
437. predominância de profissionais atuantes no mercado. A conselheira Elisangela fez questão de reforçar
438. que não estava querendo tirar os docentes e muito menos os servidores públicos do CAU, mas sim
439. que tivesse uma representação mista, com um pouco de tudo e que considerava que o CAU/MT era
440. um calo no sapato de muita gente, momento em que a conselheira Thais ponderou que continuaria
441. sendo, para, em seguida, a conselheira Elisangela fazer a seguinte fala: "*Ah, mas vai. Vai continuar*
442. *sendo, porque eu não vou aceitar isso quietinha não. E eu falei lá 'gente, eu não concordo. Você vive*
443. *do mercado? Você sabe quanto eu pago de imposto?' Então, assim, não é fácil, gente*." A conselheira
444. Thais quis saber então como estava a discussão sobre reserva técnica no âmbito geral. A conselheira
445. Elisangela disse tratar-se de um trabalho árduo, porque existe uma cultural e visão muito limitada em
446. relação a reserva técnica, mas que poderia se mudar isso. Ressaltou que alguns conselheiros
447. entendem que especificação de produto é projeto. A conselheira Elisangela afirmou ter esclarecido que
448. não era projeto, que era outro serviço em relação ao qual o arquiteto precisa ser remunerado pelo
449. cliente ou pelo fornecedor, definindo-se isso em contrato de modo a deixar claro a todos, que
450. considerava que um primeiro passo havia sido dado, que estava sendo uma boa discussão.
451. Obviamente, acrescentou a conselheira Elisangela, alguns se manteriam contra, mas era necessário
452. levantar a bandeira para começar a mudar os paradigmas, vez que na sociedade hoje esse tema é
453. tratado de forma muito pejorativa. O presidente André Nör fez uso da palavra para repassar sua
454. posição. Disse que inicialmente era necessário valorizar a coragem da Comissão de Ética e de
455. Disciplina do CAU/BR em trazer assunto tão polêmico à superfície, para uma discussão profunda,
456. mesmo enfrentando o que chamou de "nariz torcido" de muitas pessoas. Ressaltou que havia tido
457. acesso a alguns dados coletados na pesquisa nacional realizada sobre o tema, que eram sigilosos
458. ainda, que eram mais de 4.000 (quatro mil) manifestações, ou seja, um número muito relevante para
459. o universo do CAU e uma das pesquisas com maior participação já realizadas, que os números eram
460. contundentes e quebravam paradigmas preestabelecidos. O presidente acrescentou que o que podia
461. dizer por ora é que o assunto seria colocado na mesa em algum momento, talvez no início do próximo
462. ano, quando se precisaria decidir por atender ou não a posição da esmagadora maioria dos arquitetos
463. brasileiros. E qual seria a posição que aparentemente seria levada pela comissão de ética do CAU/BR?
464. Primeiramente alterar o termo reserva técnica, uma vez já estar muito estigmatizado, e depois permitir
465. a definição em contrato de forma a garantir a transparência na relação entre profissional e cliente.
466. Frisou que seria essa a tendência e que a comissão de ética estava de parabéns pela condução do
467. tema. E continuou o presidente dizendo que não se poderia deixar de salientar todo o trabalho realizado
468. pelo CAU/MT durante o seminário anterior ocorrido no Mato Grosso, oportunidade em que foram
469. colocados na mesa depoimentos de vários envolvidos, que puderam se expressar com liberdade,
470. autonomia e tranquilidade trazendo a realidade vivenciada no dia a dia, a vida como ela é, sem
471. conceitos prévios do que seja certo ou errado, vez que é isso que o CAU precisa fazer, adequar-se à
472. realidade, que é diferente do que era 20 (vinte) anos atrás. A assessora jurídica Jane tomou a palavra
473. e afirmou que considerou o seminário ocorrido no Mato Grosso mais aberto à participação, com mais
474. interação também dos lojistas, dos profissionais que não são conselheiros, diferentemente do que
475. aconteceu no CAU/RS, cujos conselheiros já estavam com uma opinião formada, como a conselheira
476. Elisangela havia ressaltado. Porém, ressaltou a assessora, deu para perceber nos grupos de
477. discussão que algumas pessoas têm essa opinião fechada porque não entram no debate, pois quando
478. se começa a expor e ir pelo caminho que o próprio CAU/BR tem citado bastante, de que não é algo
479. ilícito e apenas antiético de acordo com o código de ética atual e havendo transparência entre o cliente
480. e o profissional a ser colocada em contrato, como o presidente falou, eles até concordam. Porém,
481. ainda assim houve grupos, principalmente do CAU/SP e CAU/RS que permaneceram resistentes. E a
482. assessora jurídica finalizou ressaltando que esses seminários são válidos exatamente para abrir a
483. discussão, uma vez que é algo presente no mercado, do qual não se tem como fugir. O conselheiro
484. Weverthon se manifestou dizendo que muitos ainda mantêm um pensamento socialista, contrário ao
485. capitalismo, que por isso não aceitam essa ideia e que, conforme havia sido dito antes, era preciso ter
486. mais profissionais atuantes do mercado dentro dos CAUs. O presidente André Nör disse que não era
487. fácil colocar mais profissionais liberais dentro do CAU, que quando fazia o convite não dizia o que
488. aconteceria depois, como tudo funciona, porque, se falasse, a pessoa não viria. As conselheiras Thais
489. e Elisangela concordaram com o presidente, sendo que essa última ainda acrescentou: "*Mas depois*
490. *que gente está aqui dentro e vê como que as coisas funcionam, a gente não quer sair, porque fica*
491. *indignado*". A assessora Thatielle fez uso da palavra para dizer que também havia percebido que o
492. posicionamento da maioria dos que estavam presentes no seminário era contrário à reserva técnica,
493. sendo que os profissionais que mantêm posição mais firme nesse sentido e permanecem fechados a
494. opiniões divergentes são aqueles que atuam apenas em instituição de ensino, que desconhecem o dia
495. a dia nos escritórios privados de arquitetura. Ressaltou que os participantes do seminário foram
496. divididos em 6 (seis) grupos. Desses grupos, apenas um teve um posicionamento mais a favor, que
497. era o grupo em que estavam a assessora Thatielle e a conselheira Karen. Um outro grupo não chegou
498. a entendimento, que era o da assessora Jane e conselheira Vanessa, e os demais mostraram-se
499. extremamente contra a reserva técnica. A assessora Jane reforçou que ela e a conselheira Vanessa
500. não conseguiram convencer todos os integrantes do grupo. A assessora Thatielle disse que também
501. tinha o entendimento de que o seminário realizado pelo CAU/MT havia sido bem mais aberto, com a
502. participação mais ampla e com liberdade para se abordar o tema. O presidente André Nör disse então
503. que o CAU/MT, na figura de seu presidente, era uma voz destoante da maioria, mas que estava
504. conseguindo angariar alguns aliados que possuíam pensamento semelhante, grupo que, por terem
505. posição muito firme e embasada, conseguiu algum tipo de respeito ou consideração, considerando
506. haver um confronto firme em todas as plenárias, em todas as manifestações. Ressaltou ainda que a
507. plenária do CAU/MT é formada basicamente por profissionais liberais, o que é uma exceção em relação
508. aos demais CAU/UFs. A conselheira Thais interveio para dizer que não havia sido sempre assim no
509. CAU/MT, colocação com a qual o presidente concordou e continuou dizendo que estavam mudando
510. esse perfil, que os professores e servidores públicos devem ser representados, porém a plenária do
511. CAU/BR deveria espelhar a realidade dos arquitetos e urbanistas no país, que hoje é de 70% de
512. profissionais liberais, o que faria toda diferença nas políticas profissionais, vez que, com todo respeito,
513. salientou, são eles que realizam as obras de fato e de direito, que têm o cheiro de cimento e a tinta
514. nos sapatos quando chega o final do dia. O presidente acrescentou que os profissionais liberais não
515. podem fazer um consórcio para daqui 6 (seis) meses, uma vez que não se sabe como estará o
516. mercado de arquitetura depois desse período, que precisa ganhar para gastar, ou seja, uma vida
517. completamente diferente da de qualquer outro, que influencia na profissão. E frisou "*como dizem*
518. *nossos mestres, arquitetura é obra pronta, e nós é que fazemos arquitetura, nós é que fazemos obra;*
519. *os professores têm as suas funções importantíssimas dentro do exercício profissional; os funcionários*
520. *públicos também têm uma função importantíssima no exercício profissional, mas quem faz obra pronta*
521. *somos nós. Quem faz a arquitetura que vai ser reconhecida ou não nacionalmente e*
522. *internacionalmente somos nós.*" Por fim, o presidente André Nör agradeceu a todos pela presença e,
523. nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião plenária.

536

537

538

539

540

541 André Nör

542 Presidente do CAU/MT

543

544

545

546 Thatielle Badini Carvalho dos Santos

547 Assessora da Presidência e Comissões